

**A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO E AS
TRANSFORMAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS NA REGIÃO DO
SISAL – BAHIA: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento
rural**

**THE ECONOMIC ACTIVITIES ADAPTERS TO THE
ENVIRONMENTAL CONDITIONS OF THE SEMI-ARID AND
TRANSFORMATIONS SOCIAL-PRODUCTIVIES IN STATE OF
BAHIA: a territorial approach to rural development**

Humberto Miranda do Nascimento
humberton@ucsal.br

Resumo: As transformações produtivas ocorridas na área sisaleira do Estado da Bahia, nos últimos dez anos, trazem novas perspectivas de inserção econômica para a agricultura familiar do semi-árido baiano. Não só o sisal recuperou sua importância econômica, outras atividades agrícolas e não-agrícolas começam a ganhar destaque, como a caprino-ovinocultura. O objetivo deste artigo é apresentar as transformações produtivas na Região do Sisal tendo como foco de análise a noção de Convivência com o Semi-Árido. Ressalta-se, na conclusão, que a noção de Convivência com o Semi-Árido não é somente a resposta a uma característica peculiar das áreas semi-áridas nordestinas, a estiagem, ela incorpora modos e técnicas de saber-fazer capitaneadas por governos, organizações e atores locais que refletem contextos socioespaciais específicos e interesses em disputa em torno da preocupação do desenvolvimento rural nos territórios.

Palavras-chave: Convivência com o Semi-árido. Território do Sisal. Desenvolvimento rural.

Abstract: In recent years, new opportunities for economic integration of family farming in the semi-arid rural area have become effective. Besides the production of sisal has recovered its economic importance, other agricultural and non-agricultural activities grew and, also, have gained importance, for example, the creation of small animals. The objective of this article is to present the productive changes in the Region of Sisal with the focus in analysis the concept of Living with the Semi-Arid i.e. the economic activities adapters to the environmental conditions of the semi-arid. It is emphasized that the notion of Living Strategies with the Semi-Arid is not only a response to a peculiar feature of the climate of the Northeast, because of the irregularity of rains. In conclusion, if defend the Living Strategies with the Semi-Arid to incorporate modes and technical know-how by governments, organizations and local actors who reflect socio-spatial contexts and specific interests in dispute about the concern of rural development in the territories.

Keywords: Living Strategies with the Semi-Arid. Sisal Territory's. Rural Development.

Introdução

As transformações produtivas ocorridas na área sisaleira do Estado da Bahia, nos últimos dez anos, trazem novas perspectivas de inserção econômica para a agricultura familiar do semi-árido baiano. Não só o sisal recuperou sua importância econômica, outras atividades agropecuárias começam a ganhar destaque, como a caprino-ovinocultura. O objetivo deste artigo é apresentar as transformações produtivas na Região do Sisal tendo como foco de análise a noção de *Convivência com o Semi-Árido*.

A *Convivência com o Semi-Árido* não é somente a resposta a uma característica peculiar das áreas semi-áridas nordestinas, a estiagem, ela incorpora modos e técnicas de *saber-fazer* capitaneadas por governos, organizações e atores locais que refletem contextos socioespaciais específicos e interesses em disputa em torno da questão do desenvolvimento. Os governos, atores e organizações são entendidos como “portadores de projetos”, nem sempre convergentes, que disputam estratégias de desenvolvimento em escalas espaciais quase sempre sobrepostas. Daí a necessidade de propor estudos que qualifiquem os projetos portados por esses agentes, já que eles, quando articulam ações, fazem-no a partir da força que possuem dentro de um determinado “campo de poder” e, com isso, não estruturam apenas possibilidades de superar adversidades, mas a capacidade de explorar novas possibilidades e de impor novos limites ao processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a noção *Convivência com o Semi-Árido* não pode ser reduzida a seu aspecto socioeconômico, ela é uma concepção socioespacial e como tal traduz uma interação homem-território-natureza, sendo o território seu “campo econômico”, na acepção dada por Bourdieu:

para romper con el paradigma dominante, hay que tratar, levantando acta en una perspectiva racionalista ampliada de la historicidad constitutiva de los agentes y de su espacio de acción, de establecer una definición realista de la razón económica como encuentro entre unas disposiciones socialmente constituidas (en relación a un campo) y las estructuras, a su vez socialmente constituidas, de este campo. (BOURDIEU, 2000, p.237).

Outrossim, é uma concepção territorial na qual está contemplada a pluralidade humana ou, como bem observou Gilberto Freyre (1987, apud Nascimento, 2003, p. 8), “vários tipos de homem social que, para se realizarem, precisam de ajustar as formas de vivência, de convivência e desenvolvimento dos grupos a que pertencem, a seus ambientes naturais e a seus tempos sociais”. A noção a noção *Convivência com o Semi-*

Árido deve refletir um conjunto de valores, auto-aprendizados e interconhecimentos mais ou menos ordenados que se legitimam, se difundem e se sustentam através de redes socioespaciais. São as redes socioespaciais que poderão permitir o maior enraizamento das *estratégias de convivência* ao criarem, articularem e sustentarem dinâmicas socioambientais, socioespaciais e socioeconômicas específicas.

Do mesmo modo, falar em Desenvolvimento Rural não é reconhecer o espaço residual propício à concentração ou expansão urbana ou ao que ele se credencia a ser normalmente, no máximo, o receptor de políticas sociais de combate à pobreza. Para Abramovay (2003), por exemplo, falar em Desenvolvimento Rural significa, sobretudo, referir-se à capacidade das regiões rurais de preencher determinadas funções necessárias a seus habitantes e também às cidades. Segundo este autor, o Rural deve ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. Diz ainda que nem toda aglomeração urbana pode ser adequadamente chamada de cidade, pois cabe um importante papel para as aglomerações rurais no desenvolvimento territorial e que o meio rural não se define pelos traços comuns que encerra, mas pela imensa diversidade que o caracteriza e captá-la é fundamental.

Sobre o significado o territorial, em publicação recente, Abramovay salienta que

parte significativa da literatura contemporânea sobre local ou territorial, entretanto, é marcada pela ausência de uma teoria a respeito da interação social que possa inspirar hipóteses sobre a situação diferenciada das regiões abordadas. Em seu lugar aparecem descrições pouco fundamentadas teoricamente ou, como mais freqüência, recomendações de política cuja base em realidades locais é, muitas vezes, tênue. (ABRAMOVAY, 2007, p. 28).

Entretanto, cabe salientar que Abramovay, ao enfatizar as interações sociais, torna um pouco imprecisas as considerações de natureza mais espacial. É por isso que a noção de redes sociais deve ter seu sentido ampliado para *redes socioespaciais*, captando a essência da concepção de formação socioespacial de Milton Santos (2008). Considera-se que boa parte das interações não é puramente social e o espaço não é algo para ser apenas pressuposto, como um receptáculo das ações sociais. Nas *redes socioespaciais*, o mecanismo de interação social só se concretiza de fato no espaço, que, por sua vez, se transforma e re-significa através de ganho de novos vínculos ou da perda de outros. A noção de Convivência com o Semi-Árido é, portanto, transformadora e re-significadora de uma relação socioespacial, que pode ser mais bem compreendida e adquirir maior inteligibilidade por intermédio do processo de desenvolvimento.

Há, assim, uma interessante relação entre a noção de Convivência com o Semi-Árido com a de *espaço usado*, de Milton Santos, ou *formação socioespacial*, por meio da qual a idéia de espaço rural atende ao requisito de *espaço relacional*, em referência ao território mediado pela *prática socioespacial* das organizações sociais na região do Semi-Árido Baiano. Esta abordagem dá, por sua vez, sentido próprio e apropriado aos conceitos de paisagem, região, lugar e território, sem perder de vista a dimensão do *espaço vivido ou vivenciado*, segundo a ótica humanístico-cultural. Vários caminhos são considerados por essa ótica:

tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não-material, tanto o presente quanto o passado, tanto objetos e ações em escala global, regional e local, tanto aspectos concebidos como vivenciados, tanto espontâneos como planejados, tanto aspectos objetivos como intersubjetivos. O que os une em torno da geografia cultural é que esses aspectos são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2007, p.13-14)

Dessa forma, ao se considerar o Semi-Árido e a população que nele habita como singularidades, os “significados” da noção de Convivência com o Semi-árido devem ser levados em conta como elementos complementaridade na análise da *formação socioespacial*, que, pela ótica da Geografia Crítica de Milton Santos, não deixa de ressaltar a singularidade do lugar. Esse é o caso da idéia de *ruralidade*, por exemplo, segundo a qual a análise do espaço rural sofre uma mudança de lugar, deixando de ser subsidiária em relação ao espaço rural enquanto um espaço-objeto residual ao urbano, para adquirir uma importância maior, de um espaço-sujeito funcional ao urbano, dentro da perspectiva territorial. Daí ser possível uma concepção de Desenvolvimento Rural a partir não só de um conjunto de atividades (agrícolas e não-agrícolas) como também do entendimento de uma relação espacial diferenciada com a sociedade e a natureza.

Isto, todavia, dá mais complexidade que simplicidade à abordagem do desenvolvimento rural em regiões semi-áridas, posto que muitas *estratégias de sobrevivência* praticadas e propagadas, por guardarem relação de similaridade com *formas de convivência no semi-árido*, não resultam em *estratégias de Convivência com o Semi-Árido* propriamente ditas. Para que fique clara a distinção, podemos dizer que as *estratégias de sobrevivência* são práticas de *valência sócial*¹ da população local em geral para conviver com as privações e infortúnios. Ao contrário, as *estratégias de Convivência com o Semi-Árido* são modos de superar as mazelas do subdesenvolvimento naquilo que têm de mais específico no Semi-Árido brasileiro: o

agravamento da dependência e da exploração, o aumento das vulnerabilidades socioambientais e a situação de insustentabilidade de certos meios e modos de vida. Em resumo, estratégias de sobrevivência podem ser interpretadas muitas vezes como *formas* precárias de convivência ou práticas de *valência social*, mas não devem ser confundidas com as *estratégias* de convivência: maneiras de articular e sustentar dinâmicas de desenvolvimento.

Uma discussão promissora, nesse aspecto, é a que vem sendo proposta por Brandão (2007) em seu livro recém publicado, *Território e Desenvolvimento*, que faz uma crítica consistente a respeito dos fundamentos, ou falta destes, nas abordagens do desenvolvimento local ou “localismos” como panacéia para os problemas do desenvolvimento nacional. Para ele, a análise regional deve conter, sim, uma abordagem territorial. A questão é: *qual?* O grande desafio, segundo ele, é como tratar ao mesmo tempo e numa perspectiva multiescalar as heterogeneidades estruturais de um país subdesenvolvido e as diversas alternativas de avanço social, político e produtivo, herança de modelos dualistas. E observa que

nunca as diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais) foram usadas no sentido positivo. Foram tratadas sempre como desequilíbrios, assimetrias e problemas. A equação político-econômica imposta ao país pelo pacto de dominação oligárquico das elites, cuja lógica aponto muito sinteticamente neste texto, travou o exercício da criatividade “dos de baixo”, procurando impedir sua politização. (BRANDÃO, 2007, p. 205).

Brandão enfatiza, então, a necessidade de construção democrática de estratégias de desenvolvimento e aponta, nesse sentido, para os limites teóricos que desafiam a noção de desenvolvimento territorial, sujeita que é, segundo sua visão, a deslumbramentos nas novas abordagens em curso, como nas teses “localistas”. O equívoco a ser evitado é não confundir necessidade de territorialização com estratégias de desenvolvimento territorial. De acordo com Brandão,

a necessidade de territorialização das intervenções públicas é tomada como panacéia para todos os problemas do desenvolvimento. Assevera-se, de forma velada ou explícita, que todos os atores sociais, econômicos e políticos estão cada vez mais plasmados, diluídos (subsumidos), em um determinado recorte territorial. [...] Propugnam-se receitas genéricas, descurando, por exemplo, das especificidades de um contexto de país subdesenvolvido, continental, periférico e com uma formação histórica da escala local bastante peculiar. Lança-se mão de repertórios de boas práticas bem catalogadas, fruto de um esforço de pesquisa de criação de inventários de experiências de desenvolvimento territorial. (BRANDÃO, 2007, p.49).

Esta é certamente uma boa ponderação, mas o que está sendo discutido neste artigo é a pertinência de estratégias de desenvolvimento territorial fruto de experiências

concretas e das especificidades regionais nordestinas, que alimentam a noção de Convivência com o Semi-árido, ainda que haja o risco de se criarem inventários e diagnósticos situacionais a partir delas. A questão, diga-se, não é tão trivial assim quando se trata da Convivência com o Semi-Árido, que sintetiza perfeitamente a idéia de *espaço relacional*, que se transforma e re-significa por meio de redes socioespaciais, na abordagem sobre território. Nela, as práticas sociais levadas a cabo pelas organizações, agentes públicos e atores sociais ganham cada vez mais importância e criam novas perspectivas de análise para o Desenvolvimento Rural.

Nesta seção, apresentamos uma discussão acerca do entendimento da noção de *Convivência com o Semi-Árido*. Na seção seguinte, caracterizamos o espaço rural sisaleiro em termos de sua ocupação econômica regional e considerando sua extensão agropecuária atual. Na penúltima seção, tratamos das transformações socioprodutivas recentes nos 20 municípios sisaleiros selecionados e discutimos as iniciativas de duas importantes organizações sociais que atuam no semi-árido sisaleiro. Nas considerações finais, resumimos as contribuições do presente artigo.

Caracterização econômico-espacial do espaço rural sisaleiro

Do ponto de vista econômico-espacial, o nordeste da Bahia conheceu o período extrativista-mineral da Chapada Diamantina, onde, mas ao norte, localizam-se os Municípios de Jacobina, Senhor do Bonfim e Campo Formoso. Todavia, a região teve seu processo de ocupação do território vinculada à pecuária extensiva, com a criação de gado bovino constituindo sua alavanca de ocupação econômica principal. As rotas de comércio e as fazendas permitiam um fluxo constante de gente e de gado e as condições climáticas desfavoráveis à prática agrícola fizeram com que as primeiras povoações no sertão baiano ocorressem nas proximidades dos rios, lagos e brejos. A exploração comercial do sisal foi introduzida posteriormente e num contexto histórico particular, o pós-guerra.

A introdução do sisal² na Bahia remonta ao ano de 1903, mas sua expansão como cultura de importância econômica ocorreu por volta de 1940 na Bahia, em virtude da II Guerra Mundial, que gerou grande interesse e procura pela fibra para abastecimento da

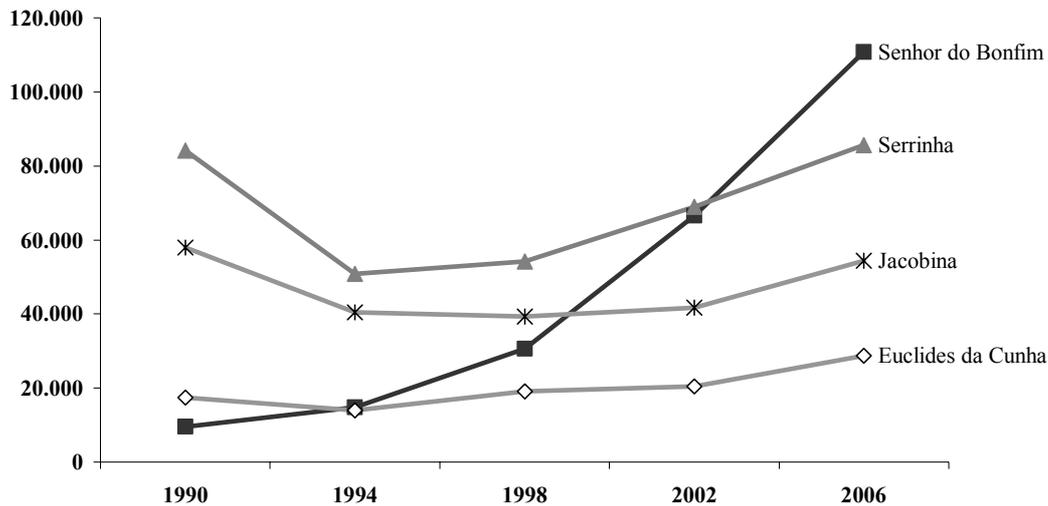
indústria naval. Só na década de 60 é que a Bahia se torna líder nacional na produção da fibra, até então era o Estado da Paraíba. Rompido o isolamento econômico regional, as políticas públicas agiram no sentido de estimular uma integração à economia nacional através da exploração comercial da matéria-prima regional, a fibra do sisal, para a nascente indústria de fiação instalada no centro-sul do país e para o mercado externo, Estados Unidos e países da Europa. O plantio comercial do sisal intensifica o povoamento da região nordeste e centro-norte do Estado da Bahia e faz surgir municípios como Araci (1956), Valente (1958) e Ichu (1962). Municípios maiores como Feira de Santana e Serrinha nasceram da dinâmica gado-pastoreio anterior.

Com o declínio dos preços do sisal no mercado internacional, a partir da segunda metade da década de 1960, devido ao surgimento de sucedâneos sintéticos derivados do petróleo, a produção sisaleira entra em crise. O avanço da indústria química e o menor preço da fibra sintética inviabiliza a produção sisaleira, limitando o potencial da indústria do sisal.

A principal característica da indústria da fibra do sisal é seu baixo índice de modernização e capitalização em relação ao paradigma industrial vigente no pós-guerra, já que apenas se aproveitava de 3 a 5% da planta do sisal, o que tornou o custo de produção muito elevado. Outro fator que tem impacto no processo de modernização é a baixa aplicação tecnológica no cultivo e beneficiamento do sisal. Por se tratar de um plantio comercial quase que exclusivo de países subdesenvolvidos (México, Brasil e alguns países africanos), a extração da fibra do sisal sempre empregou um grande contingente de força de trabalho em condições muito precárias, caracterizando-a como um processo perverso e extremo de exploração da mão-de-obra feminina e infantil e de exposição da mão-de-obra masculina a freqüentes mutilações, propiciadas pelo uso intenso do motor do sisal numa jornada média de 12 horas diárias³.

O declínio da lavoura sisaleira foi identificado na sua baixa rentabilidade (os motores fornecem 5 t de fibra seca/semana), na falta de mão-de-obra e, principalmente, na queda dos preços no mercado mundial. Hoje, prega-se o consórcio do sisal com outras culturas ou atividades, como a pecuária de corte, para que se aproveite o potencial forrageiro do sisal na alimentação bovina e caprina, por exemplo. Por outro lado, esse consórcio esbarra numa situação específica, a freqüência de estiagens mais ou menos prolongadas, sofrendo em alguns momentos períodos intensos de seca. Todavia,

estudos da Embrapa (SILVA; BELTRÃO, 1999), informam que um sistema com maior variedade de plantas forrageiras seria mais resistente à seca e supriria mais adequadamente a necessidade alimentícia dos rebanhos de pequeno porte, como a caprinocultura. Portanto, há alternativas técnicas disponíveis.



Fonte: PAM (IBGE, 2006).

Gráfico 1 – SISAL: Evolução da área plantada nas principais microrregiões produtoras da Bahia, 1990-2006

Voltando ao cultivo do sisal, pode-se dizer que, dentro do padrão produtivista da década de 50, ele sobreviveu de 1952 a 1977, aproximadamente, quando o mercado externo absorvia praticamente toda produção nordestina, alimentando o fluxo migratório para a região do sisal naquele momento. Após esse período, a concorrência com a fibra sintética no mercado internacional e a falência da política desenvolvimentista do governo Geisel precipitam a deterioração do preço/produção da fibra natural.

No gráfico 1, poderemos notar que a Microrregião de Senhor do Bonfim destaca-se com a maior incremento em termos de área plantada, seguida de perto pela Microrregião de Serrinha, a mais tradicional plantadora até o fim da década de 1980. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM-IBGE, 2006), os principais municípios sisaleiros são 20: Campo Formoso, Conceição do Coité, Santaluz, Araci, Jacobina, Valente, Morro do Chapéu, Orolândia, Várzea Nova, Itiúba, Mirangaba, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Cansanção, Umburanas, Nordestina, Serrolândia e Capim Grosso.



Mapa 1 – Localização das Principais Microrregiões Sisaleiras no Estado da Bahia

Na mapa 1 estão localizadas as principais Microrregiões Sisaleiras, aquelas com maior área plantada com sisal em 2006, são elas: Senhor do Bonfim, Serrinha, Jacobina e Euclidesa da Cunha. Este subespaço regional foi comumente denominado de Região do Sisal. Segundo os dados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, ela já foi composta por 27 municípios (CAR, 1994), mas sofreu as conseqüências mais perversas com a desestruturação da base econômica: as áreas cultivadas foram destruídas e transformadas em pastos; as famílias de trabalhadores do sisal ficaram desoladas e acabaram rendendo-se à sanha dos atravessadores, como única alternativa de comercializar a fibra. A rigor, hoje, apenas 20 municípios podem ser denominados de sisaleiros.

Observamos também na tabela 1 que somente nove municípios dos 20 municípios possuem área plantada acima de 10 mil hectares, participando com 71,8% do área plantada com sisal em todo o Estado da Bahia. No grupo intermediário, com 18,5% da área, estão os municípios cuja área plantada varia entre 4 mil e pouco mais de 7 mil hectares e no grupo de menor expressão estão apenas dois municípios, com 0,3%. Apenas um, Campo Formoso, é isoladamente o maior plantador, com 34,2% da área plantada no estado. Ou seja, a rigor, são 18 municípios que participam com cerca 90% da área sisaleira do Semi-árido Baiano

Tabela 1 - Região do Sisal: Área plantada com sisal nos 20 municípios sisaleiros do Estado da Bahia, em 2006.

Nº	Município	Área (ha)	Participação percentual	Part. Perc. acumulada
1	Campo Formoso	98.400	34,2%	34,2%
2	Conceição do Coité	19.000	6,6%	40,8%
3	Santaluz	18.000	6,3%	47,1%
4	Araci	15.700	5,5%	52,6%
5	Jacobina	13.770	4,8%	57,4%
6	Valente	11.500	4,0%	61,4%
7	Morro do Chapéu	10.000	3,5%	64,8%
8	Ourolândia	10.000	3,5%	68,3%
9	Várzea Nova	10.000	3,5%	71,8%
10	Itiúba	7.200	2,5%	74,3%
11	Mirangaba	7.000	2,4%	76,7%
12	Monte Santo	7.000	2,4%	79,2%
13	Queimadas	6.000	2,1%	81,3%
14	Retirolândia	6.000	2,1%	83,4%
15	São Domingos	6.000	2,1%	85,4%
16	Cansanção	5.000	1,7%	87,2%
17	Umburanas	5.000	1,7%	88,9%
18	Nordestina	4.000	1,4%	90,3%
19	Serrolândia	500	0,2%	90,5%
20	Capim Grosso	200	0,1%	90,6%
Total		260.270	90,6%	
Bahia		287.418	100,0%	

Fonte: IBGE 2006 - Produção Agrícola Municipal.

Ainda dentro desta caracterização inicial, podemos dizer que, com a transferência dos grandes fazendeiros para a pecuária, o sisal passou a ser cultivado basicamente por

pequenas propriedades familiares espalhadas pela região, entre 5, 20 e 50 ha, e como a questão ambiental se tonou uma variável relevante para o núcleo do novo paradigma produtivo nos anos 90, rompendo com o padrão produtivista anterior, uma reestruturação do espaço rural, com base em formas alternativas de exploração desse potencial sisaleiro remanescente, começa a fazer parte de experiências de organização popular, que apontam possibilidades de articulação dinâmica entre a pequena produção rural familiar e a geração de ocupação/renda, como veremos na próxima seção.

Essa reestruturação do espaço produtivo requer uma caracterização mais desagregada da estrutura fundiária da Região do Sisal no Semi-árido baiano. O gráfico 2 fornece o quadro geral da estrutura fundiária da região sisaleira, com base no Censo Agropecuário do IBGE (1996). Nele, podemos constatar três características básicas por utilização de terras agrícolas: uma área com predomínio de lavouras temporárias mais ligadas a atividades de subsistência, até 20 hectares; uma segunda área, intermediária, sem o predomínio determinante de uma das três formas de utilização de terras, entre 20 e 100 hectares; e uma terceira, com predomínio de lavouras permanentes e principalmente da pecuária, acima de 100 hectares.

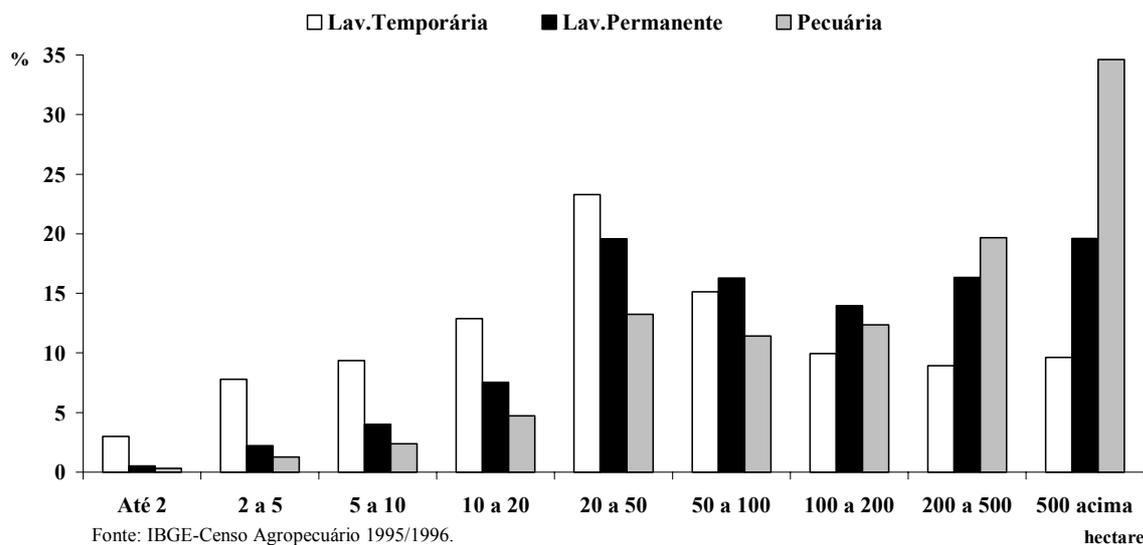


Gráfico 2 – Participação percentual dos estratos de área dos estabelecimentos nos 20 municípios sisaleiros, 1996.

O estrato de área até 100 hectares comporta a maior parte dos estabelecimentos de agricultores familiares, são cerca de 64.155 estabelecimentos ou 95% de um total de 67.422 estabelecimentos nos 20 municípios sisaleiros. Não há dúvida de que a principal equação do desenvolvimento rural deverá voltar-se para esse estrato de até 100 hectares, que corresponde aos bolsões de pobreza por um lado, nas áreas onde predominam atividades de subsistência e nos estratos intermediários, de largo espectro, entre 20 e 100 hectares, que comportam diversas possibilidades de desenvolvimento associadas tanto às culturas de subsistência, quanto às lavouras e pecuária. O gráfico reflete o caráter geral da estrutura fundiária nos 20 municípios sisaleiros, em termos de número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos dos dois estratos predominantes: o primeiro até 100 hectares e o segundo acima de 100 hectares. O que marca esta distinção nos estratos superiores a 100 ha é a predominância das lavouras permanentes e a pecuária em relação ao predomínio das lavouras temporárias nos estratos inferiores.

A caracterização acima não deve ser interpretada, todavia, em termos polarizadores da situação socioeconômica. Faz-se necessário ir além e propor uma caracterização mais próxima do nível territorial que se requer para a análise do desenvolvimento rural. Sugerimos, então, uma tipologia ainda bastante simplificada do espaço rural com base em três critérios: (i) *grau de munifundização*, quanto menor a área dos estabelecimentos agropecuários mais pulverizados espacialmente eles se tornam, localizando-se geralmente no entorno das maiores fazendas; (ii) *tipo de lavoura predominante*, quanto maior a área do estabelecimento maior o predomínio de lavouras permanentes e, quanto menor, predominarão as lavouras temporárias de subsistência; e (iii) *tipo de pecuária predominante*, quanto maior a área do estabelecimento maior o predomínio da pecuária bovina. A combinação desses critérios está no quadro 01.

Tipologia econômico-espacial	Descrição	% de estabelecimentos	% da área dos estabelecimentos
Espaço rural “pulverizado”	Predomínio de lavouras temporárias de subsistência e de estabelecimentos com até 20 hectares.	75,8% (51.101 estab)	13,9% (267.577 ha)
Espaço rural desconcentrado	Sem o predomínio determinante de um tipo de utilização de terras, com estabelecimentos entre 20 e 100 hectares.	19,4% (13.054 estab)	27,9% (537.772 ha)
Espaço rural concentrado	Predomínio da pecuária e lavouras permanentes estabelecimentos acima de 100 hectares	4,8% (3.267 estab)	58,2% (1.123.370 ha)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário (IBGE, 1996).

Quadro 1 - REGIÃO DO SISAL: Tipologia econômico-espacial para os 20 municípios sisaleiros

Para a abordagem territorial, há que se considerar a tipologia que, potencialmente, pode ser mais atrativa para dar conta dos contrastes sociais e incorporar o que parece ser exceção em termos de dinâmica econômica, isto é, a nosso ver, uma combinação mais equilibrada entre lavouras e pecuária, especialmente a caprina-ovina, e entre número de estabelecimentos e área e entre estas na tipológica intermediária. No caso desta tipologia, o *espaço rural é desconcentrado* e a dinâmica econômico-espacial apresenta-se mais permeável à articulação entre os três tipos de utilização de terras, entre lavouras temporárias e permanentes e pecuária, devendo equilibrar mais as tendências pulverizadoras voltadas à subsistência (*espaço rural “pulverizado”*) e concentradoras em termos fundiários (*espaço rural concentrado*). Essa perspectiva de análise é, a nosso ver, viável se os investimentos públicos forem dirigidos para atender a essa realidade regional, no que se refere ao Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que poderá contribuir para o incremento das transformações produtivas em curso no Semi-árido Sisaleiro, como disticaremos na próxima seção.

As transformações socioprodutivas no território sisaleiro

Desde 2003, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), implementa o Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, tendo por objetivo reduzir as desigualdades sociais.

Vem atuando, preferencialmente, em espaços de elevada concentração da demanda social do MDA e incentivando o desenvolvimento sustentável, com ênfase na agricultura familiar e no público da reforma agrária. O mencionado Programa estimula a formação de “territórios rurais”, a partir de articulações intermunicipais e da constituição de colegiados territoriais, espaços de planejamento e gestão do desenvolvimento rural e da aplicação dos recursos públicos transferidos aos Municípios. São, ao todo, 120 territórios apoiados pela SDT/MDA em todo o país (ver <http://www.mda.gov.br/sdt/>). Na Bahia, especialmente, foram criados 26 “Territórios de Identidade” no ano de 2007, tornando-se o primeiro estado do país a criar “Territórios de Identidade” em todo o estado e concebendo-os como unidades de planejamento.

Com efeito, a acepção de “Território de Identidade”, tal como foram definidos pelo Governo do estado da Bahia recentemente, não passam de uma abstração da realidade; aquilo que é factual enquanto configuração territorial é o Semi-Árido Baiano, isto é, o campo concreto de intervenção. O “Território de Identidade do Sisal” tal como foi delimitado oficialmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2007, tem esse caráter mais abstrato que concreto. Concretamente, a identidade territorial é produto da herança fundiária, da situação socioeconômica, dinâmicas culturais, produtivas, populacionais e ecológicas específicas. O território sisaleiro é, enquanto área-problema, um espaço social, ecológica e economicamente alterado, por causa da influência da cultura sisaleira, da precariedade na ocupação da mão-de-obra e da presença de trabalho infantil no meio rural. Ou seja, possui uma identificação problemática difícil de ser substituída por certas potencialidades presumidas, por melhores que sejam.

Isso também possibilita dizer que o processo de planejamento no território sisaleiro não se basta na mera territorialização de ações e diagnósticos. Requerendo que as experiências concretas sejam importantes cada vez mais no tratamento e acompanhamento adequado das ações conseqüentes em prol de uma determinada área-problema. Na sua dimensão espacial, o desenvolvimento requer ações que envolvem o território enquanto processo e não o território como identidade de si mesmo.

Nesse sentido, as estratégias de sobrevivência nascidas em meio à rígida estrutura fundiária mantida até hoje vêm revelar as carências do semi-árido baiano, por causa das condições adversas impostas aos agricultores familiares pela falta políticas públicas

apropriadas ao enfrentamento da aridez do clima, escassez de água, insuficiência de renda, baixa escolaridade, falta de infra-estrutura física e social básica, etc. Foi nesse contexto que as organizações não-governamentais vinculadas ao meio rural sertanejo baiano surgiram e logo se associaram ao movimento popular, com o qual tiveram um papel destacado na luta pela democracia.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma dessas experiências brasileiras de mais longa duração na articulação de atores sociais rurais. Fundado em 1967, o MOC atuou inicialmente como escritório de assessoria da Diocese de Feira de Santana-Ba, realizando um trabalho basicamente assistencial. O ensejo de sua criação ocorreu por intermédio da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), sediada no Rio de Janeiro, mas sua idealização foi devida à coordenação da pastoral diocesana de Feira de Santana, para assessorar a igreja católica no desenvolvimento das ações comunitárias pastorais. Foi a FASE quem lhe deu inicialmente apoio técnico e financeiro.

Esse novo ambiente criado através das ações do MOC tinha como finalidades específicas melhorar a comercialização dos produtos (informação), melhorar os preços pagos ao pequeno produtor pela produção agrícola (valorização) e combater os intermediários que atuavam na fase de comercialização puxando os preços para baixo (regulação). Muitas das práticas político-educativas de participação e integração social eram utilizadas frequentemente para promover: i) a **informação**, como forma de o agricultor familiar planejar de forma mais eficiente sua produção; ii) a **valorização**, como forma de o agricultor familiar dar eficácia distributiva aos estoques de seus produtos disponíveis na comunidade; iii) e a **regulação**, como forma de o agricultor familiar poder negociar no mercado, em condições menos desfavoráveis, a compra e venda de seus produtos.

A garantia de um intercâmbio permanente entre as várias experiências locais, para que as dificuldades surgidas e os benefícios gerados fossem conhecidos e compartilhados, à medida que se intensificavam as trocas econômicas no dia-a-dia, exigia um compromisso solidário. Formava-se uma identidade e criava-se uma consciência da necessidade de luta contra a exclusão social. Para nós, a continuidade desse processo propiciou o fortalecimento dos agricultores familiares para enfrentar problemas concretos, bem como proporcionou a formação de uma maior consciência a

respeito da sua situação dele no mundo rural. Esses fatores ensejaram estratégias simples para compartilhar conhecimentos tácitos e técnicos, coletiva e alternativamente, pois não bastava conhecer mecanismos de mercado, era preciso interferir nele para valorizar a produção rural e elevar a qualidade de vida. Foram forjadas alternativas às estratégias de sobrevivência a partir de estratégias de Convivência com o Semi-árido.

Hoje, além de ser uma entidade de caráter político-organizacional, o MOC atua fortemente na articulação de políticas públicas que transformem a realidade social, política, econômica e ambiental do Nordeste. Sua história de atuação gerou organizações e até empreendimentos de reconhecido sucesso, como a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente), fundada em 1980, e que hoje é uma entidade independente e autônoma, bem como de inúmeras outras experiências já consolidadas, ainda com pouca visibilidade.

As ações da APAEB/Valente permitiram atacar não só a questão da revitalização e valorização da lavoura sisaleira, mas integrá-la a um processo de reestruturação da pequena propriedade familiar — tão sujeita às turbulências do mercado, às alterações do clima, aos reveses da estrutura social e da política deletéria — e das condições de ocupação da mão-de-obra familiar, ampliando as chances de sobrevivência e melhorando qualidade de vida. Podemos estabelecer dois momentos cruciais na estratégia de convivência com o semi-árido da APAEB/Valente: primeiro, visou garantir maior resiliência do território sisaleiro em termos da sustentabilidade econômica e social, para evitar a continuidade da exploração excludente; e, segundo, visou promover a sustentabilidade socioambiental da propriedade familiar frente a períodos prolongados de estiagem.

Com isso, APAEB-Valente desenhou, juntamente com o MOC, um modelo de convivência com o semi-árido que passou a contemplar os seguintes itens inter-relacionados, a saber:

- Aproveitamento da energia solar: incentivo e difusão do uso de coletores solares para iluminação doméstica e para eletrificação de cercas em criatórios de caprinos e ovinos, fortalecendo a infra-estrutura socioeconômica.
- Impedimento do êxodo rural: ensino e aprendizagem de técnicas que permitam melhorar o rendimento da propriedade rural, promoção de cursos/eventos/encontros de lideranças e divulgação constante de informações, fortalecendo a coesão social.

- Envolvimento na elaboração de políticas públicas: estímulo à participação da sociedade civil na criação de conselhos municipais, fórum de discussões, reuniões e seminários, fortalecendo a cidadania ativa.
- Melhoramento das condições ambientais: incentivo à regeneração do ecossistema através do reflorestamento e da preservação da fauna e da flora típicas do sertão, fortalecendo a reprodução da vida.
- Conhecimento formal/informal: garantia de ensino fundamental aliado ao ensino técnico em cultura de criatórios animais e outros experimentos através da Escola Família Agrícola (EFA), fortalecendo a educação e o autodesenvolvimento.
- Beneficiamento auto-reprodutivo incentivado: proveito e apropriação de conhecimento a respeito da criação de caprinos/ovinos e de sua cadeia produtiva leite-carne-couro, fortalecendo os mecanismos de geração de ocupação-renda.
- Provimento de crédito com assistência técnica adequada: implantação de fundo rotativo, utilização de crédito rural e garantia de investimentos (cooperativas de crédito) para financiar a pequena propriedade rural ou a ocupação rural agrícola e não-agrícola, permitindo a redistribuição da renda.

Em face destas iniciativas, houve um estímulo para que nossos municípios plantadores de sisal se inserissem no mercado regional, como foi o caso de Campo Formoso.

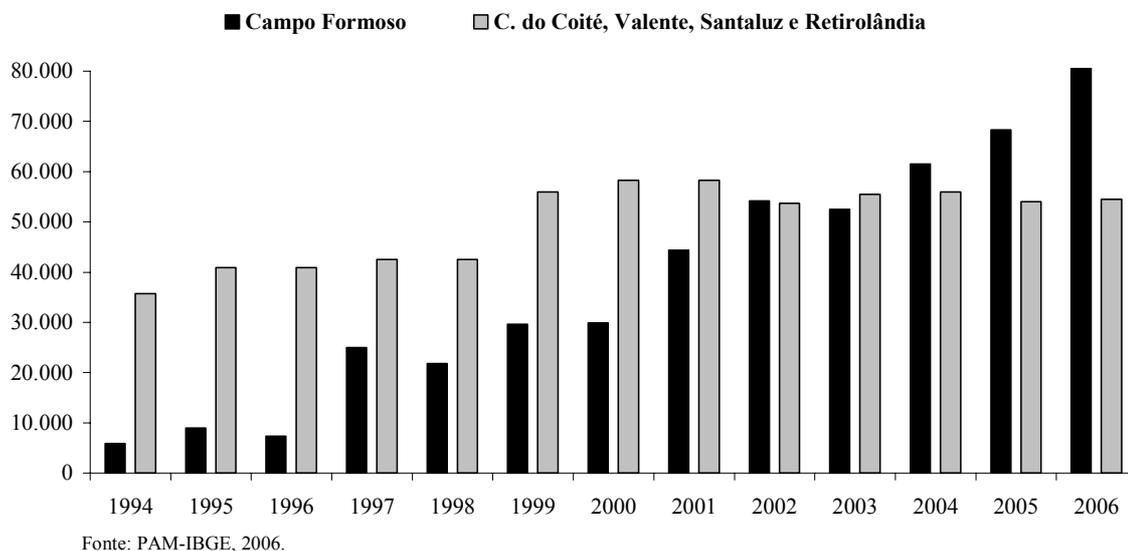


Gráfico 3 – Municípios Sisaleiros: Campo Formoso X Tradicionais plantadores, período 1994-2006

O município de Campo Formoso, com população é de 61.942 mil habitantes, sendo que 40.939 vivem no meio rural, segundo o último Censo do IBGE (2000), foi alçado à condição de maior plantador de sisal da Bahia, de acordo com o gráfico 3. A

evolução de sua área plantada com sisal mostra um desempenho superior ao de quatro tradicionais municípios produtores: Conceição do Coité, Valente, Santaluz e Retirolândia. Inferimos que, a partir dessa perspectiva concreta levada à cabo pelo MOC e APAEB, as tendências de transformações produtivas passaram a se refletir na região sisaleira como um todo nos anos 2000.

Já no gráfico 4, subsequente, o desempenho da produção sisaleira por hectare melhora também em termos do valor da produção nos anos 2000. Fator que nos leva a considerar que a recuperação da lavoura sisaleira deverá se manter estável nos próximos anos, em função da tendência de aumento dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Um fenômeno que está ligado a fatores externos à realidade regional, mas que também tem a ver com a elevação dos preços mínimos pagos ao produtor pelo governo federal e à própria valorização das fibras naturais pelo mercado consumidor. Contudo, a revitalização da economia sisaleira, para que se efetive, deve considerar que os municípios com as áreas produtivas de sisal são em menor número, que as áreas maiores nos nove maiores plantadores mantêm um crescimento estável, com exceção do Município de Campo Formoso.

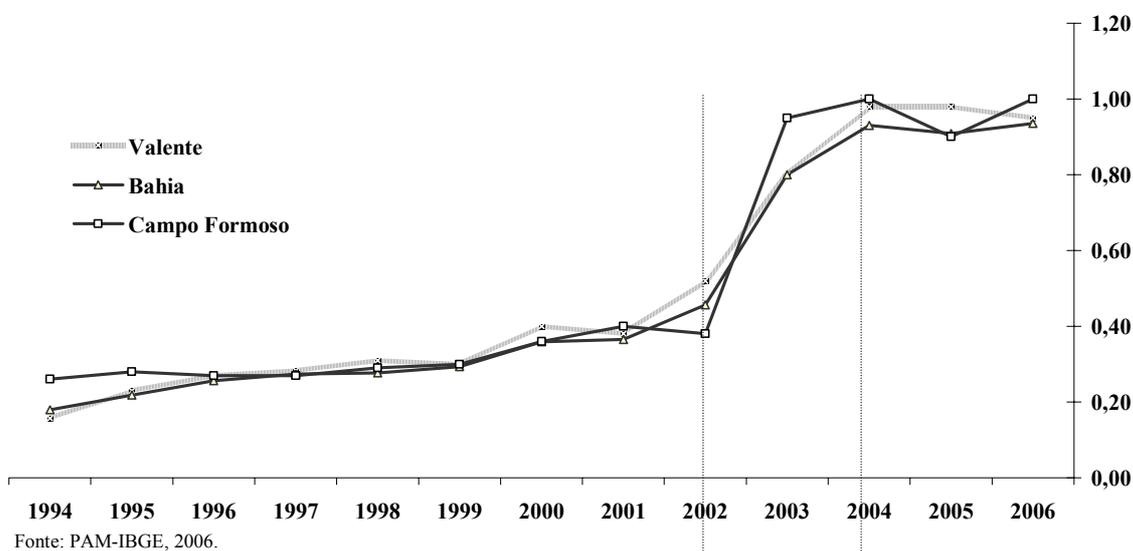


Gráfico 4 – SISAL: Valor da Produção em R\$/Tonelada em Campo Formoso, Valente e Bahia, período 1994-2006

Ainda não se poder afirmar, no entanto, que uma nova dinâmica nas regiões rurais sisaleiras está se consolidando, mas as tendências apontam numa direção promissora. A contribuição do MOC e da APAEB-Valente na transformação da vida de muitas

comunidades rurais do Semi-árido Baiano, a nosso ver, ajuda nesse processo de transformação, embora as evidências aqui apresentadas ainda sejam frágeis nesse sentido. O que reforça a necessidade de uma agenda de pesquisa, posto que as várias ações ou iniciativas destas duas organizações são imprescindíveis para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à transformação socioprodutiva do semi-árido. Como no caso do desempenho da produção sisaleira microrregional, o desempenho da caprino-ovinocultura se consolidando nos últimos anos em detrimento da exclusividade da produção bovina. Pode-se observar no gráfico 5 que o efetivo caprino-ovino em relação ao efetivo bovino, de acordo com as quatro Microrregiões analisadas, vem recuperando nos últimos três anos considerados o desempenho obtido de 1999 a 2001.

A manutenção da tendência de crescimento do efetivo caprino-ovino nas microrregiões é fundamental para a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares cujos estabelecimentos rurais encontram-se inseridos na tipologia do *espaço rural desconcentrado*, a que nos referimos na seção anterior.

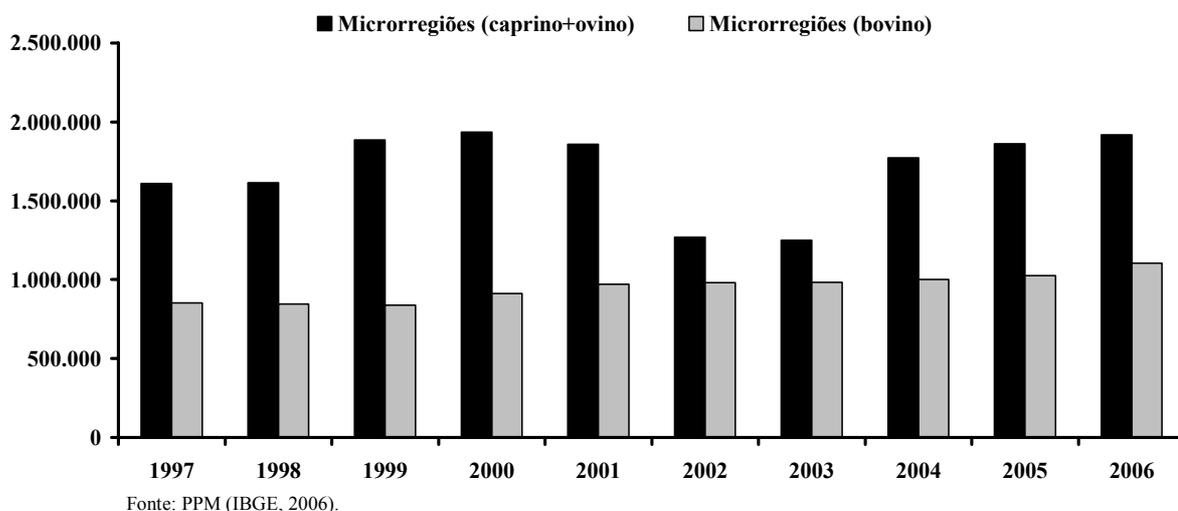


Gráfico 5 – Efetivo do Rebanho bovino X rebanho caprino e ovino (em nº de cabeças/há) nas Microrregiões de Senhor Bonfim, Serrinha, Jaconina e Euclides da Cunha, 2006.

Para que esta dinâmica econômico-espacial realmente prospere, as ações em torno da Convivência com o Semi-árido devem articular e combinar as iniciativas dos gestores públicos e das organizações sociais que ali atuam. Nesse sentido, vale ressaltar, a participação do MOC na difusão de atividades envolvendo o uso de tecnologias apropriadas, de tecnologias sociais e de incentivo à diversificação produtiva na

agricultura familiar. Tais ações estão traduzidas hoje em 07 (sete) importantes programas que se integram e complementam (MOC, 2006): Programa de Água e Segurança Alimentar (acesso e qualidade da água para consumo e produção via cisternas e política de recursos hídricos); Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (assistência técnica, estímulo à organização e ao protagonismo local, difusão de técnicas agroecológicas, acesso ao crédito e agroindustrialização e comercialização solidária); Programa de Comunicação (capacitação para cobertura jornalística no semi-árido, fortalecimento da comunicação comunitária e institucional das organizações sociais e produção de veículos próprios de comunicação); Programa Criança e Adolescente (ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI); Programa de Educação de Adultos (educação continuada, incentivo à leitura e formação de monitores para o PETI); Programa de Gênero (organização das mulheres); e Programa de Políticas Públicas (capacitação de conselheiros municipais, fortalecimento da sociedade civil, incentivo à criação de instrumentos de gestão e capacitação de jovens para as áreas da educação, saúde e economia rural). O Programa de Políticas Públicas, em particular, enfatiza a necessidade das organizações sociais trabalharem com base em planos estratégicos em aliança com os governos municipais, estadual e federal.

Em nossa avaliação, as ações conduzidas pelo MOC e pela APAEB-Valente, especialmente no que se refere aos valores, métodos e técnicas que permeiam o planejamento, podem servir de referência à construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Até porque muitas das experiências de Convivência com o Semi-Árido na Bahia, nos últimos anos, não estão aí apenas para compor diagnósticos situacionais ou genéricos a respeito do nível de privação das famílias rurais. Essas experiências podem ganhar um caráter mais abrangente de inserção socioespacial desde que revelem um nexo dinâmico com o futuro daquela região rural, de forma ampla, e com o futuro das microrregiões sisaleiras, de forma especial. Ademais, sob o ponto de vista estratégico, a maior interface entre experiências das organizações sociais e os programas/projetos governamentais é fator essencial para que se garanta a efetividade das ações em prol da Convivência com o Semi-árido.

Considerações Finais

O fortalecimento das redes socioespaciais é requisito fundamental para a efetividade das ações em prol da Convivência com o Semi-árido, melhorando a capacidade de articulação entre organização social e o próprio Estado na consolidação das estratégias que dêem vitalidade à dinâmica das regiões rurais semi-áridas da Bahia. Nesse aspecto, a noção de Convivência com o Semi-Árido tornou-se um modelo operacional importante nas políticas públicas regionais do Nordeste, enfatizando as condições técnicas e produtivas apropriadas necessárias à transformação socioprodutiva regional.

Considerando a importância das experiências de Convivência com o Semi-Árido na difusão de atividades envolvendo o uso de tecnologias apropriadas e de tecnologias sociais e no incentivo à diversificação produtiva na agricultura familiar, é que se vislumbram iniciativas de desenvolvimento rural nas microrregiões sisaleiras. Iniciativas baseadas no fortalecimento das redes socioespaciais, como consequência de uma visão mais estratégica, a fim de que se justifique um maior dinamismo às regiões rurais, com base em seus aportes organizacionais e de protagonismo social. Esta visão estratégica pode ser pragmaticamente traduzida na construção de *pactos territoriais*. Para tanto, há que se levar em conta a experiência acumulada tanto pelas organizações governamentais como não-governamentais, tendo em vista que a transição das estratégias de sobrevivência para experiências de Convivência com o Semi-Árido não é algo trivial e nem se traduz imediatamente na melhoria do desempenho socioeconômico das famílias sertanejas, devendo ser considerado o incremento das rendas rurais e o fortalecimento das redes de interação social no semi-árido baiano.

Do debate atual sobre desenvolvimento territorial, emergem contradições que precisam ser analisadas mais profundamente. Há uma diversidade de leituras empíricas em torno da noção de Convivência com o Semi-Árido, inclusive porque muitas delas partem das experiências conduzidas por organizações governamentais e não-governamentais que ainda carecem de melhor sistematização, para melhor medir seus resultados no tempo e no espaço. Nota-se, porém, que tomar a territorialização de experiências produtivas locais bem sucedidas com a estratégia, ainda não delineada, de desenvolvimento territorial é a principal fragilidade. Esta fragilidade quase sempre não é confrontada e vem sendo suprida ou contornada por argumentos muitas vezes

retóricos à disposição dos planejadores em face da ausência de uma política de desenvolvimento regional no país. Para que essa agenda de pesquisa obtenha êxito, a perspectiva territorial do desenvolvimento no semi-árido deve enfrentar esta fragilidade, teórica e praticamente.

Notas

¹ O termo valência tem um significado regional próprio. A valência é a prestação de ajuda por uma pessoa pobre a outra, em situação de maior vulnerabilidade social. É a solidariedade gerada pela própria condição de pobreza. Os pobres se valem uns dos outros para sobreviver, mas sem escapar totalmente às privações no sentido empregado por Amartya Sen em seu livro *Desenvolvimento como liberdade* (SEN, 2000).

² Segundo Silva e Beltrão (1999), O sisal de cultivo no Nordeste brasileiro pertence à espécie *Agave sisalana*, sendo aproveitada somente a fibra foliar seca, que corresponde entre 3% e 5% da produção da planta.

³ Estimava-se, até o ano 2000, que cerca de 2 mil trabalhadores rurais perderam dedos, mãos e parte dos braços no trabalho de desfibramento do sisal e estimava-se em cerca de 4.500 o número de motores de sisal existentes nos municípios baianos plantadores. (NASCIMENTO, 2003)

Referências

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003. p.17-56

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p.19-38

BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Traducción: Thomas Kauf. Barcelona, España: Editorial Anagrama, 2003.

BRANDÃO, A. C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, A. C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C. e ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Alínea, 2007. p.39-62.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1996). Censo Agropecuário. **Base de dados agregados**. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso: março de 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Produção Agrícola Municipal. **Base de dados agregados**. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso: março de 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Pesquisa Pecuária Municipal. **Base de dados agregados**. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso: março de 2008.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Desenvolvimento territorial na Bahia. **Caderno informativo, conceitos & metodologias**. Salvador: MDA; SEI; CET; INCRA, 2005.

MOC – MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (2006). Trilhando caminhos para a Convivência com o Semi-Árido. **Relatório Anual 2006**. 96 fls

NASCIMENTO, H. M. **Conviver o sertão**: origem e evolução do capital social em Valente/Ba. São Paulo: Annablume; FAPESP; APAEB/Valente, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição e 4ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teiceira Motta. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SILVA, O. R. R. F. & BELTRÃO, N. E. M. **O agronegócio do sisal no Brasil**. Brasília-DF: EMBRAPA-SPI, 1999.